

l a 15 de setembro de 2023

A PERSPECTIVA DE GÊNERO COMO ELEMENTO DO CONSTITUCIONALISMO MULTINÍVEL: ANÁLISE DOS JULGAMENTOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE

Milena de Araújo Costa, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, costamilenaa@gmail.com

Érica Canuto, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, ericanutoveras@gmail.com

INTRODUÇÃO

O propósito da presente pesquisa é analisar se o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJRN) cumpre efetivamente com o Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero de 2021.

OBJETIVOS

como objetivos Elegem-se da pesquisa, em primeiro lugar, 0 exame acerca da perspectiva de elemento do gênero como multinível. constitucionalismo Posteriormente. análise a legislações que contribuem para a implementação do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero. Por fim, a realização de um estudo jurisprudencial para aferir se os casos do TJRN estão sendo julgados com Perspectiva de Gênero.

CONCLUSÃO

Conclui-se que o TJRN ainda tem um longo caminho pela frente para cumprir efetivamente com o Protocolo para Julgamento com perspectiva de gênero.

METODOLOGIA

Utilizou-se a pesquisa bibliográfica e dedutiva, juntamente ao estudo jurisprudencial. Colhe-se as decisões do site de jurisprudência do TJRN, mediante a utilização das seguintes palavras-chaves: "julgamento com perspectiva de gênero", "proteção as mulheres" e "proteção as pessoas LGBT".

RESULTADOS

De acordo com as palavras-chaves, não foi encontrado sentenças. Já as decisões monocráticas, encontrou-se 26 (vinte e seis).

REFERÊNCIAS (principais)

OLSEN, Ana Carolina Lopes; FACHIN, Melina Girardi. Perspectivas de gênero na Corte Interamericana de Direitos Humanos. **Revista CNJ**, v. 6, n. Edição Especial Mulheres e Justiça, p. 95-108, ago. 2022.

PIOVENSAN, Flávia. **Temas de Direitos Humanos**. 12. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2023.

TJRN. Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte. Disponível em: https://jurisprudencia.tjrn.jus.br/. Acesso em: 20 jul. 2023.